



DIVERSIDADE E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE O NARRADO E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcielle Schneider ¹

Resumo:

Entendendo o quanto as discussões acerca das diversidades são fundamentais para a construção de um ambiente escolar efetivamente sadio e que proporcione uma convivência respeitosa entre aqueles que o frequentam, esta pesquisa vai ao encontro de discursos que nos convoquem a (re)pensar as questões em torno da diversidade étnico-racial na produção de identidades no contexto da Educação Infantil. Refletiremos acerca de situações que atravessam recorrentemente as jornadas nas escolas de Educação Infantil, buscando compreender questões como o porquê de, em uma brincadeira de faz-de-conta, a menina branca representar o papel da mãe enquanto a menina negra é a faxineira; a criança branca ser o policial enquanto o negro é o ladrão; o porquê da falta de imagens de crianças negras estampadas nas paredes e nos murais das escolas; e o porquê de o cabelo afro ser considerado feio, enquanto o cabelo liso é instituído como um padrão, entre outras situações. O artigo tem a intenção de alimentar o debate sobre a influência que as experiências sociais vividas na escola repercutem na formação das identidades infantis, apresentando alguns caminhos de reflexão e problematização que permitem, além de compreender, sob uma perspectiva, o conceito de diversidade, debater o quanto as experiências em sala de aula impactam na produção de identidades desde a Educação Infantil. Assim, este debate sobre diversidade e questões étnico-raciais, certamente, não se esgota por aqui: esperamos que as reflexões e problematizações apresentadas neste artigo possibilitem compreender, sob uma perspectiva, a realidade que crianças negras atravessam nas escolas para, a partir delas, repensar nossos contextos escolares e as experiências que estas crianças têm vivenciado neles, de modo a repensar a escola contemporânea e possibilitar a esta parte da população a oportunidade de criar memórias diferentes das que conheceremos neste artigo.

Palavras-chave: Raça; etnia; identidades; Educação Infantil.

UM CAMINHO INICIAL

O presente trabalho tem sua origem em minha prática como professora de Educação Infantil, através da qual percebo a carência de práticas pedagógicas voltadas

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora da Rede Municipal de Ensino (EMEI Irmã Valéria). E-mail: marcielles@edu.nh.rs.gov.br.



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

às questões raciais e interessadas na discussão acerca da minimização de preconceitos – o que me inquieta há bastante tempo. Chama a atenção, ainda, o fato de este assunto ainda ser tratado com um tabu no dia a dia dos espaços escolares - seja confinando-o a datas específicas ou silenciando frente às atitudes racistas, agindo, assim, em cumplicidade com a violência racial.

Com o intuito de aprofundar tal temática, surge a seguinte problemática de pesquisa: Como somos convocados a re/pensar as questões em torno da diversidade étnico-racial na produção de identidades no contexto da Educação Infantil? Para tanto, busca-se, com a presente pesquisa, compreender questões étnico-raciais no contexto da Educação Infantil a partir de pressupostos teóricos e problematizar como o debate acerca de questões étnico-raciais pode minimizar preconceitos e ampliar o respeito às diferenças na educação escolar.

MOVIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa realiza-se a partir da abordagem autobiográfica (SOUZA, 2010; ABRAHÃO, 2009). A escolha dos dados analisados priorizará fontes primárias, ou seja, “produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado” (GODOY, 1995, p. 22), possibilitando a visualização do contexto escolar a partir da perspectiva de pessoas nele envolvidas.

Assim, as discussões entre autores serão entrelaçadas às narrativas de vida de professoras que compõem o Coletivo de Profes Pretas, permitindo, desse modo, que as narrativas sejam protagonistas da pesquisa e não coadjuvantes à luz de um referencial teórico. Este Coletivo reúne mulheres negras que se dedicam à docência e se uniram sob o objetivo de, juntas, encontrar maneiras de potencializar a visibilidade da atuação da professora negra, discutindo temáticas relacionadas à importância da representatividade nos espaços educativos como luta pela minimização dos preconceitos.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, os sujeitos serão denominados de acordo com os nomes fictícios escolhidos por eles próprios: Dandara, Isabete, Diaz e Indiara. Esta prática tem o intuito de preservar as identidades das professoras.



IR PARA A ESCOLA: UM ATO DE CORAGEM

É impossível resgatar memórias que envolvam as questões raciais sem trazer à tona uma série de emoções. A mistura de sentimentos que permeia as narrativas das professoras negras contatadas para contribuir com o desenvolvimento deste trabalho toca de forma tão profunda quem as escuta que, ao mesmo tempo em que tais relatos convocam seus semelhantes a reviverem suas próprias trajetórias, convidam até mesmo quem não compartilha de vivências parecidas com as suas para que, sob suas próprias individualidades, reflita sobre o impacto que os acontecimentos narrados podem causar a quem, de fato, os vivenciou. Diangelo (2020) explica este exercício de reflexão ao afirmar que “Chegamos à compreensão do que somos ao entender quem não somos.” (DIANGELO, 2020, p. 33)

Podemos perceber através destas narrativas a maneira como as redes de sociabilidade marcaram suas trajetórias escolares quando em comparação, por exemplo, aos conhecimentos curriculares. Seus relatos demonstram que as relações humanas vividas por elas na Educação Infantil e na escola deixaram, propositalmente ou não, marcas muito mais fortes do que qualquer outra habilidade que pudesse ser desenvolvida no espaço escolar. Para além dos saberes científicos, a escola constitui-se como um espaço que produz marcas na vida dos sujeitos que nela transitam e se relacionam, já que, historicamente, trata-se de uma “instituição moderna que tem como principal finalidade a educação dos corpos infantis e juvenis por meio de práticas de disciplinamento e de homogeneização” (FABRIS; WESCHENFELDER, 2017, p. 6). Nesse sentido, pode-se refletir sobre o quanto, para uma criança negra, ir para a escola é um ato de coragem, pois, como Gomes destaca:

A maneira como a escola, assim como a nossa sociedade, veem o negro e a negra e emitem opiniões sobre o seu corpo, o seu cabelo e sua estética deixa marcas profundas na vida desses sujeitos. Muitas vezes, só quando se distanciam da escola ou quando se deparam com outros espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva é que esses sujeitos conseguem falar sobre essas experiências e emitir opiniões sobre temas tão delicados que tocam a sua subjetividade. (GOMES, 2002, p. 43).

De encontro à necessidade de potencialização dos territórios escolares como um ambiente de fala, de escuta e de acolhimento, livre de preconceitos e que represente a



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

todos que o ocupam, movimentos como o Coletivo de Profes Pretas vêm criando força e ocupando seu lugar na sociedade ao exercer o papel de “colo” que estas minorias – neste caso, exclusivamente mulheres negras – não tiveram em outras etapas de suas vidas. Como assinala Duarte (2019), “Nós crescemos com o peso do silenciamento, mas logo entendemos que, se não há espaços que nos valorizam, nós devemos criá-los”.

Ao narrar suas experiências, a professora Dandara relembra o quanto estar na escola, para ela, implicava em ser posta à prova a todo momento. *“Lembro-me de muitas tentativas da minha parte para me sentir aceita, então fazia de tudo e mais um pouco para agradar tanto os meus ‘amigos’ - entre aspas mesmo, porque éramos muito mais colegas do que amigos – quanto os adultos, os professores.”* Esta necessidade de aprovação constante é explicada por Pires (2013), quando, ao falar sobre o racismo estrutural, o descreve como

“[...] uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma”. (PIRES, 2013, p. 64)

Isabete compartilha das mesmas angústias, como podemos perceber através da narrativa de suas memórias dos tempos escolares, quando lembra que *“outra situação constante durante o período escolar foi ver minhas professoras sempre elogiando e passando a mão nos cabelos de minhas colegas não negras, assim como sempre escolher as mesmas como representantes de todos os festivais e datas comemorativas”*. Diangelo (2020) explica o quanto a produção das identidades depende de como os grupos sociais alheios ao nosso nos veem, já que somos socializados coletivamente nestes grupos. A autora explica que

[n]osso entendimento de nós baseia-se necessariamente em nossas comparações com os outros. O conceito de ‘bonito’ não tem sentido sem o conceito de ‘feio’; inteligente significa pouco sem a ideia de ‘nécio’ ou ‘burro’; e ‘merecer’ não tem sentido sem o conceito de ‘não merecer’ (DIANGELO, 2020, p. 33)

O constante elogio aos padrões estéticos encontrados nos corpos brancos, magros e cisheterossexuais, seja na mídia ou campanhas publicitárias, reforça o senso daquilo que seria o aprovado e a regra e, em certa medida, o corpo que pode exercer



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

superioridade. Mensagens transmitidas por atitudes como as da professora de Isabete, trazidas na narrativa anterior, reforçam que “ser branco é melhor do que ser negro”. É preciso ter clareza de que as escolas:

Tanto podem favorecer relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo. (SILVA, 2015, p. 169)

As diversidades marcam e constituem a sala de aula como um ambiente cultural e, para além de apontar as diferenças ou fingir “não enxergar” a cor dos/as alunos/as, a escola precisa, de fato, notar as diversidades, fazendo com que estas diferenças étnico-raciais nos levem a produzir outros tipos de relações consigo e com os outros. É preciso ter consciência de que “[...] o racismo é algo tão presente em nossa sociedade que muitas vezes passa despercebido” (RIBEIRO, 2019) para desconstruir o tabu em que esta temática foi transformada, considerando que:

Primeiro, crianças aprendem que é proibido falar abertamente sobre raça. Segundo, elas aprendem que se deve fingir não perceber aspectos indesejáveis que definem algumas pessoas como menos valorizadas que outras (uma grande mancha de nascença no rosto de alguém, pessoas usando cadeira de rodas). Tais lições manifestam-se posteriormente na vida, quando adultos brancos baixam a voz antes de nomear a raça de alguém que não é branco (especialmente se a raça a ser nomeada seja a negra), como se a negritude fosse vergonhosa ou como se a simples palavra fosse insultuosa. (DIANGELO, 2020, p. 63)

A escola precisa, além de perceber as diferenças que marcam e constituem suas salas de aulas como espaços plurais, também fazer com que estas diferenças se tornem uma importante parte de sua jornada diária, lutando por justiça social e por uma sociedade mais justa e democrática, desconstruindo estereótipos que, como aponta Adichie (2009), “são incompletos e fazem com que uma história se torne a única história”.

Em uma sociedade como a nossa, que historicamente se configura em torno da criação das mulheres para servir e obedecer sem questionar (DUARTE, 2019), as meninas negras crescem enquanto aprendem com o mundo à sua volta a carregarem consigo um grande peso decorrente deste silenciamento. Quando falamos das lutas enfrentadas pelas mulheres negras, “estamos necessariamente falando de direitos negados, não conquistados” (D’ÁVILA, 2019, p. 63); neste caso duplamente: por serem mulheres e por serem negras.



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

Diaz carrega em suas memórias de infância a lembrança de não ter usufruído plenamente do seu direito de, assim como as outras meninas da creche que frequentava faziam, ser criança e brincar, livre de obrigações que, teoricamente, não caberiam ao universo infantil:

Tenho, em minhas memórias daquela época, a lembrança de ser a única criança da turma a ir para o berçário cuidar dos bebês. Era algo que eu gostava muito. Eu me sentia útil, importante, naquela tarefa. Então minha memória é de que a maioria dos dias eu não passava com a minha turma, com as outras crianças de quatro anos, mas passava no berçário cuidando dos bebês – o que, pra mim, era uma brincadeira. Hoje eu olho para isso e vejo que naquela época eu já exercia um trabalho doméstico como o que é imposto pela sociedade para meninas negras. Mas eu só consigo fazer esta reflexão agora, [...] e durante muitos anos eu ficava feliz tendo aquela memória de cuidar dos bebês, porque na turma de crianças da minha faixa etária eu sempre ficava excluída. Eu não me lembro de ter amigas, nem de ser convidada pra brincar em roda - nada dessas coisas. Então, ser exaltada naquele momento como cuidadora daqueles bebês era, para mim, o suprassumo.[...] Eu lembro que, em casa, minha mãe nunca me deu essa responsabilidade: ela mantinha uma organização que protegia a gente em relação a isso e nunca me colocou no dever de cuidar dos mais novos. Mas lá, na creche, eu tinha este dever. (DIAZ)

Através de narrativas como as de Diaz, que mostra o racismo de uma forma tão sutil aos seus olhos infantis, podemos nos questionar sobre o que faz com que a escola seja vista como um espaço discriminatório e reprodutor das desigualdades, perpetuando esta visão eurocêntrica que atribui às mulheres – em especial, mulheres negras – as funções subalternas que remetem ao cuidado e as “promovem”, no cenário atual, de escravas a cuidadoras (PASSOS, 2017). Nesta mesma linha, Cavelleiro (2000) nos convoca a refletir ao questionar: “Se a educação é um processo social, qual seria a relação entre a aprendizagem de preconceitos, atitudes discriminatórias e a produção escolar de cidadãos? Que tipo de cidadão está sendo formado nas escolas?”.

A realidade, porém, é, muitas vezes, cruel: Dandara, ao falar de suas memórias escolares, lembra: “*Eu me esforçava e me dedicava ao máximo para ser vista, me sentir pertencente àquele espaço, ser querida pelos outros. Eu me via como diferente dos colegas e dos demais, mas não me reconhecia*”. Todos estes fatores indicam que estamos diante de um racismo silencioso, que se esconde por trás da invisibilização dos corpos negros infantis e através do qual podemos perceber que a criança negra, muitas vezes, constrói sua identidade a partir de uma contradição: ela precisa se socializar enquanto habita um espaço que a rejeita e a recebe com hostilidade (OLIVEIRA, 2008).



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

Nesse sentido, a ausência de ações incisivas por parte dos docentes para as questões étnico-raciais no contexto da Educação Infantil servem como um alerta, pois

É importante ter em mente que, para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como ‘eu não vejo cor’ não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso - se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude. (RIBEIRO, 2019, p. 30)

Para além da invisibilização dos corpos negros infantis, a falta de limites entre autoridade e violência (física, moral ou psicológica) permeia as cenas narradas pelas professoras negras que contribuíram com a realização desta pesquisa. Determinadas posturas hostis prejudicam a integridade física e emocional não somente das vítimas destas violências, como também fazem com que todos aqueles que assistem tais acontecimentos os levem como aprendizado ao entenderem e interiorizarem tais cenas. Para Cavalleiro (2020, p. 68), “A criança, indefesa em sua pouca idade, é apontada como aquela que deve, além de tudo, buscar meios de compreender tudo sozinha e elaborar um novo sentido para o seu pertencimento étnico”.

Ao sublinhar suas memórias escolares infantis, Diaz conta:

[...] na minha turma havia três meninos negros e eu, a única menina negra nesta turma. Esta professora foi uma das professoras mais racistas que eu tive. Ela punia diariamente estes três meninos negros, tirando o recreio deles, ou a merenda, porque eles eram meninos ativos e, ali, além de ativos eles incomodavam, e a professora dava diariamente muitos castigos pra eles. E eu, como não ‘abria a boca’ pra nada, não tinha como ser castigada. Então, o que ela fazia: eu tenho um problema sério de bexiga, que me acompanha até hoje. E eu tinha um laudo médico explicando isso, porque na escola tinha horário pra ir ao banheiro, mas ela não me deixava ir – nem com o laudo. E o que acontecia? Eu fazia xixi ‘nas calças’ quase que diariamente. Então, quando eu estava sentada na cadeira, na sala de aula, isso acontecia e, dentre todas as crianças que estavam lá, sempre alguém via e dizia: “Olha ali, embaixo da cadeira dela, uma roda de ‘mijo!’”, e essa era a forma que ela tinha de me castigar: não me autorizando a ir ao banheiro. A minha mãe foi lá (na escola), conversou com ela, levou laudo de um outro médico também, conversou com a equipe diretiva, fez todo o movimento e, mesmo assim, ela não deixava. Naquele período, a gente tinha que cantar o Hino (Nacional) todos os dias, no fim da aula. Todas as turmas se reuniam em frente à bandeira e cantava-se o Hino. Aquele era um horário também que eu acabava fazendo xixi na roupa – e, lá, o chão era de terra, ‘batido’, onde meu xixi virava uma poça. Eu comecei a, mesmo no verão, ir de casaco pra escola. Daí quando eu fazia xixi, tirava o casaco e amarrava na cintura, ou botava um casaco maior, que ia cobrir e ninguém ia ver. Fui aprendendo a usar das mais diversas estratégias, porque ela não me permitia ir ao banheiro. Aí, um dia, lembro que a diretora entrou na sala, ela bateu na porta, abriu, deu boa tarde e disse: “Com licença, professora!”. Olhou direto pra mim e disse em alto e bom tom: “A partir de hoje, quando tu precisar ir ao banheiro, tu vai levantar, avisar a professora e vai ir. Estamos entendidas?”. Virou as costas, não disse nada, fechou a porta e saiu. Desautorizou a professora naquele dia, na frente de todo mundo, e a partir dali eu comecei a me encorajar e fazer esse movimento de ir ao banheiro, então. E ela me coagia,



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

mesmo com a diretora tendo feito este movimento, ela me retrucava: falava coisas pra mim, e aí eu ia chorando - muitas vezes, morrendo de medo. Tinha pavor dela! Mas ia, fazia xixi, voltava. Não me lembro de, nunca mais, ter feito xixi na sala depois daquele movimento. (DIAZ)

Experiências como estas, que escancaram o preconceito racial, nos levam a colocar sob suspeita o espaço escolar e os sujeitos responsáveis pela sua condução, que teoricamente deveriam saber lidar com as pluralidades, porém, através de uma prática destituída de qualquer preocupação com a convivência multiétnica sadia, levam as crianças que frequentam os espaços escolares a aprenderem e vivenciarem as diferenças de forma bastante preconceituosa (CAVALLEIRO, 2000). Algumas situações narradas pelas professoras negras ao longo deste trabalho nos levam a perceber o quanto é preocupante o modo como as crianças negras eram/são tratadas no cotidiano das escolas. Nesse sentido, é preciso pensar com urgência em possibilidades para que, juntos, sejamos capazes de criar outras narrativas, outras histórias, outros processos de subjetivação, para que as crianças que frequentam os espaços escolares sejam possibilitadas a criar memórias diferentes destas.

Ao falar sobre racismo cultural, Diangelo (2020) apresenta dados que nos levam a compreensão de que:

“[...] as crianças brancas desenvolvem um senso de superioridade branca desde a pré-escola. Esse início tão precoce não é de surpreender, dado que a sociedade emite constantes mensagens de que ser branco é melhor do que ser de cor.” (DIANGELO, 2020, p. 73)

Apesar das afirmativas de boa parte da população branca de que “racismo é coisa do passado” e de que foram educados de modo a ver a “todos como iguais”, os relatos de quem vivenciou a escola infantil sendo uma criança negra nos mostram o extremo contrário. Dandara conta sobre uma ocasião em que

[...] um menino de outra sala me chamou de ‘carvão’, e isso foi algo que me marcou muito. Não só naquela época, mas durante toda a minha trajetória na escola. Eu reprimi minha ancestralidade, o orgulho que hoje eu sinto por ser negra – não sei se por falta de representatividade ou por naquele momento não ter sido acolhida de outra maneira. Lembro que fiquei mais ou menos uma semana impactada, ‘matutando’ com isso na minha cabeça. (DANDARA)

Situações de racismo como esta podem parecer simples brincadeiras ou “jeito de falar”, porém, constituem uma linguagem que contribui para a desqualificação dos negros



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

e reforçam no inconsciente coletivo da sociedade o preconceito (BRASIL, 2020). Assim, o racismo encontra-se enraizado de forma subjetiva nos indivíduos e instituições – e a escola é uma delas -, sendo expresso através de ações discriminatórias regulares, mensuráveis e observáveis. O silêncio de Dandara diante de seu colega demonstra a fragilidade à qual as crianças negras se veem constantemente submetidas, sinalizando o quanto, àquela época, Dandara ainda não dominava seu direito de defesa, tampouco confiava nos adultos à sua volta para resolverem seu problema.

As narrativas autobiográficas das professoras negras não só vão pela mesma direção, como evidenciam os efeitos da exclusão e do racismo para os sujeitos que já passaram pela escola.

Nós (as crianças) gostávamos muito de rodas cantadas, e a minha preferida era a da Linda Rosa Juvenil. Eu adorava aquela brincadeira, mas eu nunca fui, na minha vida até ali (a infância), a Linda Rosa Juvenil, porque só as meninas brancas e só quem tinha olho claro poderia ser a Linda Rosa Juvenil. Nenhuma outra menina podia assumir esta posição. (DIAZ)

Conforme afirma a pesquisadora Ana Célia da Silva, “A pior das consequências da ação do estereótipo é a autorrejeição e a rejeição ao seu outro igual; é esse ódio contra si próprio que a ideologia coloca no oprimido, [...] que resulta em desagregação individual e desmobilização coletiva” (SILVA, 1995). Ao promover os estereótipos, estamos levando o estereotipado a internalizar sua imagem negativa, idealizada sob os objetivos de inferioriza-lo e oprimi-lo.

Diante dessas narrativas, é importante entender a escola como um espaço in/excludente (LOPES; FABRIS, 2013), que produz, conforme o momento histórico, formas mais ou menos intensas de exclusão. Assim, a menina negra carrega em seu corpo as marcas que a impedem de pertencer a um mundo do qual se vê excluída por não integrar o grupo de meninas de cabelos lisos e de pele branca, não sendo possibilitados a ela o pertencimento e aceitação nestes grupos alheios ao seu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas reflexões, podemos perceber o quanto a maneira como as práticas docentes e a escola, como um todo, estão organizadas precisam ser repensadas com



urgência para que as crianças negras tenham efetivado o direito de construir suas identidades de forma sadia – assim como as crianças brancas, desde sempre, o tem. Conhecer as memórias de infância das professoras negras que integram o Coletivo de Profes Pretas nos leva a ter uma breve noção de quais acontecimentos permeiam as memórias escolares e infantis que a população negra, sociedade afora, carrega consigo. Este recorte de suas histórias de vida, para além do referencial teórico, nos coloca diante de uma realidade quase que palpável - sendo impossível conhecer suas narrativas e, a partir delas, saber que tantas cenas de preconceito, invisibilidade, violência e exclusão aconteceram e acontecem nas escolas, sem trazer à tona uma série de emoções. Nesse sentido, diante de todas as problemáticas apresentadas nesta pesquisa, podemos identificar que ações que minimizem o preconceito e ampliem o respeito às diferenças precisam ser pensadas e propostas com seriedade e intensidade no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M.H.M.B. **As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico**. In SOUZA, E.C. de & ABRAHÃO, M.H.M.B. (Orgs). Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre/ Salvador: EDIPUCRS/ EDUNEB, 2006.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- D'ÁVILA, M. **Por que lutamos?** São Paulo: Editora do Brasil, 2019.
- DIANGELO, R. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2020.
- DUARTE, M. (Org.) **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- FABRIS, E. T. H.; WESCHENFELDER, V.L. **Ir para a escola, um ato de coragem: narrativas de mulheres negras sobre suas experiências escolares**. São Luís: UFMA, 2017.



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n 3, mai-jun, 1995, p. 20-29. Disponível em: <https://ead08.proj.ufsm.br/pluginfile.php/593608/mod_resource/content/1/Texto%20Pesquisa%20Qualitativa%20tipos%20fundamentais.pdf> Acesso em: 13 out. 2020.

GOMES, N. L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**. Revista Brasileira de Educação, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002.

OLIVEIRA, K. **A invisibilização da criança negra**. Disponível em: <<https://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/A-invisibilizacao-da-criancanegra>> . Acesso em: 14 jul. 2021

PASSOS, R.G. **De escravas a cuidadoras**: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017.

PIRES, T. R. de O. **Criminalização do Racismo**: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. Tese (Doutorado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Departamento de Direito da PUC-Rio, 2013

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, A. C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED, 1995.